

Governistas apóiam acordo

Caso se confirme o eventual veto do governador Joaquim Roriz ao projeto de lei que institui a semana inglesa no DF, a bancada que apóia o governo vai tentar um acordo para a elaboração de um novo projeto, negociado entre comerciantes e comerciários. Essa proposta tem hoje o apoio de pelo menos 13 dos deputados, os dez governistas mais os deputados Carlos Alberto (PCB), Maria de Lourdes Abadia (PSDB) e Padre Jonas (PDT).

Para o líder do governo na Câmara, deputado Maurílio Silva (PTR), a situação do governo na Casa é difícil, pois a oposição conta com 14 votos, o suficiente

para derrubar o veto. Ele lembrou que o governador vai evitar o confronto com o Legislativo, incentivando a elaboração de um segundo projeto, antes que se expire o prazo para a apreciação do veto, que é de trinta dias.

A primeira tentativa concreta para o encaminhamento desse acordo aconteceu, ontem, durante reunião da comissão tripartite de comerciantes, comerciários e parlamentares. Pela primeira vez os empresários apresentaram uma proposta aos comerciários, estendendo o horário de funcionamento aos sábados até às 18h e, em contrapartida, compensar com a abertura do comércio na segunda-feira após às 12h.

"A proposta dos patrões está bem próxima de um acordo, falta apenas a formalização da idéia", reagiu o presidente do Sindicato dos Comerciários, Raimundo Neves. Apesar disso, Neves não acredita na possibili-

dade de veto, pois, segundo ele, "o governador não tem motivos para se opor à semana inglesa e prejudicar mais de 60 mil comerciários", rebateu.

A possibilidade de Roriz vetar o projeto devido à sua inconstitucionalidade, foi descartada inclusive pelo líder do governo. O autor da proposta da semana inglesa disse que estão confundindo horário de funcionamento do comércio com carga de trabalho, que é assunto constitucional. "O argumento de alguns juristas é de que o artigo quarto do projeto é inconstitucional, mas tenho provas de que o próprio Executivo já usou essa mesma lei via decretos", lembrou.

Caso o GDF considere o projeto de lei inconstitucional e a Câmara derrube o veto do governo, a questão deve ser resolvida pelo Superior Tribunal de Justiça.